

# Apresentação

*Desigualdade & Diversidade*, nesta oitava edição, dá prosseguimento à sua proposta de lidar com o repertório diversificado dos temas relacionados à área de Humanas, e com as diferentes formas de abordá-los. Assim, o leitor é contemplado, neste número, com um estudo etnográfico de um povo tradicional que, ao sofrer os efeitos da globalização, atualiza hoje seus signos identitários; com artigos que tratam de projetos desenvolvimentistas tanto em suas formulações teóricas no âmbito do pensamento sociológico quanto na análise de suas atualizações, no Brasil, a partir do governo Lula; com discussões relacionadas aos projetos e práticas educativos no país; e com ensaios voltados para questões musicais e literárias.

Entrevistamos, neste número, o antropólogo Roberto DaMatta, que se destaca pelas suas contribuições aos estudos de etnologia indígena e de práticas culturais no Brasil. Ao longo da entrevista, observamos que a trajetória de DaMatta converge com o surgimento da antropologia social em sua faceta contemporânea no país, que tem como paradigma a criação do PPGAS (Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social) do Museu Nacional, UFRJ, criado em 1968. Discípulo dos mentores intelectuais do PPGAS, Roberto Cardoso de Oliveira e David Maybury-Lewis, Roberto DaMatta assume a direção desse Programa em 1970, assim que termina a sua formação em Harvard e retorna ao Brasil.

Carlos Agudelo abre *Desigualdade & Diversidade n° 8* com artigo intitulado “Os garífunas: transnacionalidade territorial, construção de identidades e ação política”. Neste texto, resultante de um trabalho de campo com os garífunas — índios do Caribe miscigenados com africanos no final do século XVIII —, o autor examina a condição transnacional vivenciada hoje em dia por esse povo em seu processo migratório para os Estados Unidos ao longo de várias décadas, cujos símbolos identitários circulam e se atualizam em território estrangeiro de acordo com circunstâncias políticas.

O debate sobre o significado, a abrangência e a mensuração do desenvolvimento foi recuperado no Brasil na década passada, sinalizando para novos desafios na agenda de pesquisa das Ciências Sociais. Desta perspectiva, o artigo “Desenvolvimento e autonomia: o Brasil e a tecnologia de informação em perspectiva histórica comparada”, de Bruno Borges, apresenta uma contribuição relevante e oportuna. O autor analisa os antecedentes históricos e a natureza do conflito envolvendo a implantação da política de *software* livre

adotada no governo Lula, com destaque para a discussão sobre os avanços e retrocessos ocorridos em décadas passadas na tentativa de produção de tecnologia de informação autônoma. Abordando temática semelhante, Danielle Queiroz Soares escreveu sobre “Inovação tecnológica: desafios e perspectivas dos países subdesenvolvidos”. A autora procura discutir a importância da inovação tecnológica no capitalismo contemporâneo e os desafios que se apresentam para países em desenvolvimento como o Brasil, cujo processo de modernização preservou, em boa medida, a dependência de tecnologia importada. O papel do governo federal, assim como no artigo de Bruno Borges, aparece, aqui, como “determinante, em razão da necessidade de investimentos, de estímulos e de coordenação para superar os entraves ainda existentes.

O tema desenvolvimentista é retomado por Felipe Maia em “Questão agrária e modernização na periferia do capitalismo: uma incursão pelos estudos agrários de Lênin e de Max Weber”. Neste texto, Maia discute a relação da questão agrária com a ideia de desenvolvimento, mostrando, em trabalho comparativo das obras de Lênin e de Max Weber, como os dois autores trouxeram a questão agrária para o centro de suas reflexões sobre a modernização. Maia também argumenta que os problemas levantados por ambos na análise dos Estados Unidos, da Rússia e da Alemanha são importantes para o entendimento das condições do capitalismo periférico.

Kelly Russo, em “ONGs, movimentos sociais e fundações empresariais na discussão de políticas educativas: etnografia da I Conferência Nacional de Educação”, lida com o vínculo entre Estado e sociedade civil no que concerne às práticas educativas. A autora faz uma análise minuciosa do quadro que se estabeleceu nas três últimas décadas, em que as políticas educacionais passaram a ser pensadas a partir de parcerias do Estado com ONGs e associações da sociedade civil. Para entender mais essa relação complexa, a autora analisa os diferentes atores que participaram na I Conferência Nacional de Educação.

Quatro artigos, com diferentes abordagens e temáticas, tomam a música, a literatura e ensaios sobre pensamento social no Brasil como objetos: “Quem te viu, quem te vê... e quem verá. Diálogos brasileiros entre Claude Lévi-Strauss, Stefan Zweig e Chico Buarque de Hollanda”, de Luca Bacchini; “Cazuza, entre o rock e a vida”, de Augusto de Guimarães Cavalcanti; “O Brasil musical em três experiências de mapeamento”, de Helena de Moura Aragão; e “A nova ortodoxia do samba paulista”, de Dmitri Cerboncini Fernandes. Nesses artigos, a música — assim como a literatura — é analisada a partir de seu vínculo com questões culturais mais amplas, contemplando o seu concurso para a construção de *personas* artísticas, para o fortalecimento da identidade nacional e a preservação da autenticidade cultural, e para a representação de fenômenos considerados como tipicamente brasileiros, como é o caso das favelas.

Luca Bacchini coloca num plano de convergência, quanto ao esforço de interpretar fenômenos culturais brasileiros, uma canção de Chico Buarque, uma obra memorialística de Lévi-Strauss e um ensaio de Stefan Zweig. Augusto Guimarães mostra a articulação entre música e literatura para a constituição de identidades artísticas, no caso, a de Ca-

zua. Helena Aragão dialoga com os estudos voltados para as práticas de mapeamento musical no Brasil, que datam dos estudos folclóricos de Mário de Andrade no período modernista, e chegam às pesquisas musicais mais recentes, como as de Hermano Vianna, descomprometidas com o corolário da autenticidade cultural. E vemos, através do trabalho de Dmitri Fernandes, que o cenário musical de São Paulo retoma, na década de 90, a discussão em torno da ideia de autenticidade para lidar com o fenômeno emergente, à época, da proliferação de grupos associados ao “novo pagode”.

Na seção *Atualizações bibliográficas*, contamos com “Pragmática do gosto”, texto de Antoine Hennion, traduzido por Frederico Barros. Voltado para a temática musical, Hennion defende o papel ativo — e agenciador — dos “amadores” de música, posicionando-se contra uma sociologia do gosto que reserva um lugar passivo para os que exercitam a fruição musical, considerando-os subjugados por determinantes sociais os mais diversos.

Esta seção também contempla o leitor com a tradução de um artigo de Nick Ellison realizada por Marina Slade de Oliveira, intitulado “Rumo a uma nova política social: cidadania e reflexividade na modernidade tardia”. Partindo de uma ampla revisão da teoria social sobre cidadania a partir do pós-guerra, o autor discute os desafios teóricos desse conceito na modernidade tardia. Propõe a ideia do “engajamento defensivo” para se entender as formas contemporâneas de participação sem que se perca a dimensão da constante interação com a esfera pública mais ampla.

*A distinção: crítica social do julgamento*, obra clássica de Pierre Bourdieu recentemente traduzida para o português pela Edusp/Zouk, foi resenhada por Patrícia Mattos para este número. A autora chama a atenção para a importância de se ter esse título disponível em português, na medida em que os conceitos desenvolvidos por Bourdieu se tornaram referências importantes para os estudos que se fundamentam em questões relativas às classes sociais.